



## CORPOS INDIGNOS: EXPERIMENTOS DE RACIALIZAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS PELO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL BRASILEIRO<sup>1</sup>

*Carolina de Oliveira e Silva Cyrino<sup>2</sup>*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre, RS, Brasil.*

*Igor Thiago Silva de Sousa<sup>3</sup>*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre, RS, Brasil.*

*José Carlos Gomes dos Anjos<sup>4</sup>*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre, RS, Brasil.*

**Resumo:** Este trabalho busca rastrear o arquivo colonial do Estado brasileiro através de dois experimentos de racialização de povos e comunidades tradicionais. Embora tenham acontecido em contextos, localidades e por agentes diferenciados, estão articulados por discursos e ideais que os unem. Em um primeiro momento, rastreamos os documentos da Marinha do Brasil, que registrou a missão de instruir e sanear populações pesqueiras, criando as primeiras colônias de pesca com o objetivo de modernizá-los e elevá-los à condição humana e dignos a servir o país. Na segunda parte, a partir de discursos acadêmicos, de planejadores e empresários, mapeamos como o potencial econômico do babaçu (*Attalea ssp.*) é sobressaltado, devendo ser beneficiado e industrializado, salvo da

<sup>1</sup> O conteúdo deste artigo foi apresentado e discutido no II Colóquio em Ciências Sociais e Disrupções globais: Desafios, reposicionamentos e possibilidades de novas respostas, realizado pela Universidade de Cabo Verde, em novembro de 2021.

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos– NEABI/LUTA/UFRGS. E-mail: [carolinacyrino.ufes@gmail.com](mailto:carolinacyrino.ufes@gmail.com) e ORCID: 0000-0001-6951-581X

<sup>3</sup> Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos– NEABI/LUTA/UFRGS. E-mail: [igor thiago.sousa@gmail.com](mailto:igor thiago.sousa@gmail.com) e ORCID: 0000-0002-6283-1307

<sup>4</sup> Possui doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pós-doutorado na Ecole Normale Supérieure de Paris (2007). Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul atuando na Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural. Coordenador do Curso de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Cabo Verde Coordenador do Laboratório Urgente de Teorias Armadas, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos – NEAB/LUTA/UFRGS. E-mail: [jcdosanjos@yahoo.com.br](mailto:jcdosanjos@yahoo.com.br)



pobreza e indigência de povos do campo, apresentando-se como um redentor da economia maranhense, quiçá brasileira.

**Palavras-chave:** racialização; dignidade; modernização; povos e comunidades tradicionais

### INDIGNANT BODIES: EXPERIMENTS IN RACIALIZATION OF TRADITIONAL PEOPLE AND COMMUNITIES BY THE BRAZILIAN NATIONAL DEVELOPMENT PROJECT

**Abstract:** This work seeks to trace the colonial archive of the Brazilian State through two experiments on the racialization of traditional peoples and communities. Although they took place in different contexts, locations and agents, they are articulated by discourses and ideals that unite them. At first, we traced the documents of the Brazilian Navy, which recorded the mission of instructing and sanitizing fishing populations, creating the first fishing colonies with the objective of modernizing them and raising them to the human condition and worthy of serving the country. In the second part, based on academic speeches, planners and businessmen, we map how the economic potential of babassu (*Attalea ssp.*) is highlighted, and should be benefited and industrialized, saved from the poverty and indigence of rural peoples, presenting itself as a redeemer of the Maranhão economy, perhaps Brazilian.

**Keywords:** racialization; dignity; modernization, traditional people and communities

### CUERPOS INDIGNOS: EXPERIMENTOS DE RACIALIZACIÓN DE PUEBLOS Y COMUNIDADES TRADICIONALES POR EL PROYECTO DE DESARROLLO NACIONAL BRASILEÑO

**Resumen:** Este trabajo busca rastrear el archivo colonial del Estado brasileño a través de dos experimentos de racialización de pueblos y comunidades tradicionales. Si bien se dieron en contextos, lugares y por diferentes agentes, están articulados por discursos e ideales que los unen. Primero, rastreamos los documentos de la Marina de Brasil, que registraban la misión de instruir y sanear las poblaciones pesqueras, creando las primeras colonias pesqueras con el objetivo de modernizarlas y elevarlas a la condición humana y digna de servir al país. En la segunda parte, desde discursos académicos, de planificadores y empresarios, mapeamos cómo el potencial económico del babasú (*Attalea ssp.*) se sobrealta, debe ser beneficiado e industrializado, salvado de la pobreza e indigencia de los pueblos rurales, presentándose como un redentor de la economía de Maranhão, quizás brasileño.

**Palabras clave:** racialización; dignidad; modernización; pueblos y comunidades tradicionales

### CORPS INDIGNANTS: EXPÉRIENCES DE RACIALISATION DES PEUPLES ET COMMUNAUTÉS TRADITIONNELS PAR LE PROJET DE DÉVELOPPEMENT NATIONAL BRÉSILIEN

**Resumé:** Ce travail cherche à retracer les archives coloniales de l'État brésilien à travers deux expériences de racialisation des peuples et communautés traditionnels. Bien qu'ils



se soient déroulés dans des contextes, des lieux et par des agents différents, ils sont articulés par des discours et des idéaux qui les unissent. Dans un premier temps, nous avons retracé les documents de la marine brésilienne, qui ont enregistré la mission d'instruire et d'assainir les populations de pêcheurs, créant les premières colonies de pêche dans le but de les moderniser et de les élever à la condition humaine et digne de servir le pays. . Dans la deuxième partie, à partir de discours académiques, de planificateurs et d'entrepreneurs, nous cartographions comment le potentiel économique du babassu (*Attalea ssp.*) est surpris, et devrait être mis à profit et industrialisé, sauvé de la pauvreté et de l'indigence des populations rurales, se présentant comme un rédempteur de l'économie du Maranhão, peut-être brésilien.

**Mots clés:** racialisation; dignité; modernisation; peuples et communautés traditionnels.

## INTRODUÇÃO

A euforia pela modernização passou a agitar as primeiras décadas do século XX nas elites brasileiras com a promessa de elevar o país ao progresso. Esse discurso estava alinhado a um projeto de desenvolvimento nacional, comum na América Latina, chamado desenvolvimentismo. O sufixo *ismo* atribui a palavra desenvolvimento o caráter de movimento, este promovido pelo Estado, em que a economia e a ordem social precisavam estar alinhadas. Para que o país pudesse alçar a civilização moderna era necessário ter um povo civilizado. Mais do que apenas promover a industrialização da economia e das práticas de trabalho, era necessário modernizar também os hábitos dessa população. Tudo aquilo que fosse diferente desse paradigma moderno transplantado pelo ideal europeu de civilização era considerado atrasado, obstáculo para o desenvolvimento. Seria necessário então, o estabelecimento de projetos nacionais que pudessem levar esse novo modo de vida para as populações, sobretudo as interioranas, de costumes tradicionais, distantes do toque retumbante do chamamento nacional à *ordem e ao progresso*, máxima positivista expressa no estandarte nacional. Estudiosos das ciências sociais<sup>5</sup> demonstram como o desenvolvimentismo nacional, enquanto estratégia de alcance moderno e civilizatório, com destaque nas décadas de 1930 a 1960, agiu como um simulacro, uma máscara de modernização que passou a classificar as formas tradicionais de vida e trabalho como obsoletas e atrasadas, um movimento de modernização que visava desenvolver não apenas a economia, mas forjar um novo tipo de sociedade que não fosse contaminada pela indignidade de hábitos, práticas e memórias alheias à esse ideal. A modernidade

---

<sup>5</sup> Dentre estes, destacam-se os trabalhos de Cepeda (2019), Garcia-Canclini (2015), Domingues (1999), entre outros.



prometida era anunciada como benefício para àqueles que estavam distantes da civilização, entretanto, o que se via era a permanência de privilégios econômicos industriais a estabelecer processos de exclusão social e racialização de povos tradicionais, classificados como de estirpe inferior que precisavam ser controlados e domesticados.

Projetos de nacionalização do desenvolvimento foram implementados em larga escala em diversas áreas, na educação, na saúde, no trabalho, na agricultura, na pesca, com a premissa de alcance do progresso. No Estado Novo, período de 1930 até 1945 gerido pelo Presidente Getúlio Vargas, foram desenvolvidos programas de engenharia social a fim de estabelecer quem seria o brasileiro. Ora, era necessário nesse discurso a construção do brasileiro cidadão, este que se apresentasse digno para servir a nação, através dos seus bons costumes, do trabalho honesto, da educação moral e cívica, do amor à pátria. Para que se estabelecesse o que é digno haveria de ter o indigno, distante, obstáculo para o alcance civilizatório. Determinantes sociais passavam a vincular pobreza à doença, preguiça e ignorância.

Ao tratar da condição indigna, pensamos com Ajari (2019), na medida em que o corpo indigno tem relação direta com o projeto moderno, é produto da criação de insensibilidades e da tentativa de docilização de corpos. Este trabalho busca rastrear o arquivo colonial do Estado brasileiro através de dois experimentos de racialização de povos e comunidades tradicionais. Embora tenham acontecido em contextos, localidades e por agentes diferenciados, estão articulados por discursos e ideais que os unem. Em um primeiro momento, rastreamos os documentos da Marinha do Brasil, que registrou a missão de instruir e sanear populações pesqueiras, criando as primeiras colônias de pesca com o objetivo de modernizá-los e elevá-los à condição humana e dignos a servir o país. Na segunda parte, a partir de discursos acadêmicos e oficiais, de planejadores e empresários, mapeamos como o potencial econômico do babaçu (*ATTALEA ssp.*) é sobressaltado, devendo ser beneficiado e industrializado, salvo da pobreza e indigência de povos do campo, apresentando-se como um redentor da economia maranhense, quiçá brasileira.

Refletimos com Fanon (1997), na análise de que o mundo colonial é cindido em dois: De um lado, a cidade do colono iluminada, desejada, em que não prevalecia mal, transbordava vida. Os pés dos cidadãos estavam calçados, nela habitava o trabalho, a honra, os bons costumes, a moral. Era o retrato da dignidade. De outro lado, a cidade do colonizado é posta como vilipendiada pela doença e pela falta da moral, distante da



civilização, seus habitantes andavam descalços, uma cidade das trevas, de corpos indignos. O projeto colonial de civilização coloca-se então como um arauto de dignidade, uma missão, o colonizador como um benemérito salvador dessas pessoas alheias à honra, a moral, a saúde e ao trabalho. Como afirma Fanon, o colonizador sabe que fazia a história, e a escrevia como oficial.

Neste ensaio<sup>6</sup> demonstraremos, ainda que breve, esses dois experimentos de racialização de povos tradicionais no projeto de desenvolvimento nacional brasileiro na primeira metade do século XX. Examinamos discursos oficiais, identificando-os como artefatos coloniais na tentativa de supressão das formas de vida dessas populações. Revisitando os argumentos de Fanon (2005), Bhabha (1999), a crítica pós-colonial possibilita a perspectiva da *autenticação de histórias de exploração*, de outro olhar sobre as narrativas já constituídas, narradas com uma aparente passividade e necessidade de adaptação dessas populações ao abandono de seus modos de vida. Contribui assim para confrontar as marcas de um modelo totalitário de modernidade que, ainda persiste, na supressão de outras formas de ser e existir. “[...] intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos” (BHABHA, 1998). É compreender a história também como representação de poder, como forma de legitimação do uso arbitrário de estratégias políticas e econômicas para um projeto de desenvolvimento excludente. Nesse sentido, é possível refletir que a história como foi registrada sobre essas populações, marcadas por estereótipos de atraso, reproduziram e autorizaram explorações subsequentes.

Passaremos a discutir nas próximas sessões como esse *não lugar de modernidade* é marcado pela racialização de corpos enegrecidos, no qual o projeto de modernização cumpriu o papel de produzir discurso de desqualificação sistematizada do colonizado, deslocado do *tempo de brancura e progresso* (DOS ANJOS, 2019), e no pós-abolição brasileiro promoveu novas tecnologias de cativos.

## 2. CIVILIZAÇÃO E HONRA: EXPERIMENTO RACIAL NA MISSÃO DE INSTRUIR E SANEAR POPULAÇÕES PESQUEIRAS NO BRASIL

---

<sup>6</sup> Este trabalho apresenta resultado parcial de duas teses de doutorado em andamento no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, financiadas pela CAPES, de autoria de Carolina Cyrino e Igor de Sousa, orientadas pelo Professor Dr. José Carlos dos Anjos.



“O estrangeiro está pronto a ver em grande parte do nosso território ‘uma região imprópria à existência do homem branco’ (VILLAR, 1945, p.133). Essas palavras foram registradas pelo comandante da Marinha do Brasil, Frederico Villar, na obra que registrou a Missão do Cruzador José Bonifácio, que percorreu o país de 1919 a 1923 criando mais de oitocentas colônias e cadastrando mais de cem mil pescadores brasileiros com a premissa de instruí-los e saneá-los. Ao fazer essa afirmação, o comandante militar discorre em seu registro como a imagem do Brasil era de um país adoecido não apenas pelas doenças que acometiam as primeiras décadas da jovem república, mas também pela falta de *bons hábitos de higiene e educação racional e humana* que predominava no Brasil. Para tanto, era preciso instruir e sanear, tornar limpa essa gente selvagem. Mas qual tipo de gente Villar estava referindo-se que tal estado de selvageria comprometia a existência do homem branco?

Nesse período, o discurso sobre modernidade na América Latina, embora considerando os diferentes contextos de seus países, possuía um parâmetro referencial de associação da modernidade europeia como um modelo de civilização, identificando os modos de viver dos seus cidadãos como dotados de características ideais para os impulsos evolutivos no continente latino-americano. Havia a ideia de uma *modernidade transplantada* (COSTA, 2017), a partir da qual, como no caso brasileiro, a miscigenação seria uma estratégia para a construção de uma nação moderna, através das técnicas de redução étnica, pelo embranquecimento da população. O que mais tarde seria condenado pela eugenia<sup>7</sup>, entendida como ciência dos bem-nascidos, que promovia a separação dos eleitos, aqueles de estirpe racial superior, bem como a aplicação social do eugenismo como prática de aperfeiçoamento da nacionalidade moral e cívica, controle dos impulsos e domesticação para aqueles que ainda não tivessem sido totalmente corrompidos pelo sangue degenerado.

As teorias raciais<sup>8</sup> desenvolvidas no contexto europeu no final XIX chegam ao Brasil e passam a serem acolhidas com entusiasmo, e novos modelos de análise racial são construídos a partir do contexto brasileiro, recuperando esses argumentos para reforçar

---

<sup>7</sup> Sobre o desenvolvimento da eugenia no Brasil, há um considerável trabalho nas ciências humanas, destacamos Souza e Wegner (2018) e Diwan (2020).

<sup>8</sup> Para aprofundamento da discussão sobre o desenvolvimento de teorias raciais no Brasil ver os trabalhos *Condenados pela raça, absolvido pela medicina* (LIMA E HOCHAMN, 1996); *Raça Ciência e Sociedade e Raça como Questão* (MAIO E SANTOS, 1996 e 2017); *Espetáculo das Raças* (SCHWARCZ, 2017).



uma ideia de raça não civilizada, influenciado por uma ciência positivista que passariam a produzir teorias excludentes, aliado a um projeto nacional de modernidade (SCHWARCZ, 2017).

A perspectiva que reforçava o caráter mais biológico do argumento racial vai, a partir dos anos 1930, assumir um evolucionismo social aplicado a novas formas de agir dos membros da sociedade, através de transformações internas que elevaria a nação ao *status* moderno, uma *modernidade como autotransformação* (COSTA, 2017). Nesse cenário, vão ser impulsionados projetos de desenvolvimento nacional para a superação desse atraso até o alcance de uma modernidade autêntica, “[...] um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social” (CEPEDA 2012, p.79). Marcadores sociais da diferença passam a determinar a falta de civilidade.

Dignidade e progresso haviam entrelaçado as mãos. Como corpos dignos, compreendia-se ser *são, limpo*, de *boa* índole, ter *bons* costumes, *boa* educação, de *boa* higiene, apresentável, *bons* hábitos. Cultuar uma *boa fé*, ser de *boa* família. Esses limiares dicotômicos: *são/doente*; *indigno/digno*; *incivilizado/civilizado*; *humano/não humano* agitaram as campanhas sanitaristas no Brasil pós-abolição no início do século XX que declaravam encontrar um país, pobre, misturado e doente que precisava ser saneado. Esses ideais foram abraçados pelo projeto de desenvolvimento nacional do Estado brasileiro, na primeira metade do século XX, realizando experimentos de racialização de povos e comunidades tradicionais, através de programas de saneamento e modernização dos seus modos de vida e trabalho.

As expedições sanitárias foram coordenadas por médicos brasileiros pertencentes à comunidade eugênica, como Belisário Penna, que forneceu a missão civilizatória da Marinha do Brasil instrumentos educativos de operacionalização do saneamento de populações. A doença foi atribuída a falta de civilização, higiene, ignorância e pobreza, características que a missão militar registrou sobre as comunidades pesqueiras durante seu percurso, conforme trecho destacado do Comandante da Missão, Frederico Villar:

Quem são, em todo o Brasil, os pescadores? São homens inteiramente alheios às conquistas da civilização e do trabalho. Na proporção talvez de 90%, os chamados *praianos* não sabem ler nem escrever; vivem doentes, esqualidos, demolidos pelas endemias do litoral, pelo alcoolismo e pelos entorpecentes. [...] Quem jamais os contou? Formam uma grande população de mais de cem mil viventes morando – por assim dizer – sobre o oceano, em barcos primitivos,



empregando os mesmos processos de pesca adotados pelos índios! (VILLAR, 1945, p.46).

Classificados como atrasados, os costumes, modos de vida e trabalho, corpos, crenças e memórias eram mobilizadas na tentativa de supressão pela adoção de práticas modernas e consideradas civilizadas. No horizonte, eram anunciados benefícios de uma modernidade como uma oferta de retirar-lhes das condições de miserabilidade física e moral. O território e as práticas dessas populações passam a serem percebidas enquanto um espaço vazio a ser conquistado, bem como passíveis de executar um projeto de modernização, nesse sentido “o encontro de povos selvagens com a civilização no cerne do projeto de nação é constantemente reencenado nas margens do desenvolvimento desbravador como uma epopeia de colonização sobre recursos e terras infindavelmente desocupadas” (DOS ANJOS, 2019, p. 519).

Inspirada em expedições militares realizadas pelo Comandante Villar, durante primeira década do século XX, no continente europeu em busca pelo modelo de civilização, a *Missão do Cruzador José Bonifácio* apresenta o relato da expedição ocorrida entre 1919 a 1923, que percorreu todo o litoral brasileiro criando as primeiras oitocentas colônias de pescadores. A sua primeira edição foi publicada em 1945, quase duas décadas após o término da Missão, período em que as colônias já estavam instaladas, e seu controle através da Marinha estava abraçado ao projeto de desenvolvimento nacional, enaltecido pelo então presidente, Getúlio Vargas, que tem suas palavras registradas como prefácio da obra: “O homem brasileiro, dotado de inteligência e plástica, perfeitamente aclimado, transformar-se-á no agente dinâmico do nosso progresso, quando lhe sejam prodigalizados os benefícios da civilização [...]” (GETÚLIO VARGAS *apud* VILLAR, 1945, p. 04).

A Missão tinha como um dos seus objetivos promover o controle e regulação da atividade pesqueira, promovendo a modernização da atividade com a adoção de técnicas consideradas superiores aos modos de trabalho dos pescadores. Além da modernização da prática da pesca, objetivava-se a modernização do pescador, dos seus costumes e modos de vida. Para tanto, foram aplicados manuais que continham tanto ensinamentos modernos da pesca quanto mandamentos de conduta, tais como higiene, vestimenta, hábitos e civismo. Tornar-se moderno era tornar-se civilizado, para tanto, era necessário abandonar suas antigas práticas, hábitos e memórias. Nesse sentido, através da criação das colônias de pescadores e a sua regulação pela Marinha brasileira e posterior pelo





Ministério da Agricultura, o Estado passou a controlar a pesca em todo o litoral brasileiro através do registro dos pescadores e a fiscalização da atividade. Divididas em zonas de pesca, as colônias criadas a partir da Missão do Cruzador José Bonifácio, disponibilizavam escolas primárias para os filhos de pescadores além de outros serviços assistenciais, como saúde, capacitação e acesso a política pesqueira, o que fortaleceu a centralização e a condução tutelar das ações, como braços do Estado.

A instalação das escolas primárias nas colônias de pescadores foi o ápice da realização da empreitada militar, a partir da qual a Marinha lançou a semente como uma promessa de um futuro civilizado. A educação assumida pela instituição militar, desde os primeiros anos de vida escolar, vai reforçar a regulação dos modos de vida dos pescadores, seus familiares e comunidade.

A partir do exame preliminar dos registros militares da *Missão do Cruzador José Bonifácio*, a narrativa romanceada e ao mesmo tempo impositiva do comandante Villar, apresenta-se recheada de estereótipos sobre os pescadores. Os registros fotográficos acrescentam ruídos, como verbalizando aquilo que não podia ser dito, revelavam corpos de pele escurecida, enfileirados e cobertos por uniformes e insígnias militares, sustentando estandartes nacionais. Ainda que as vestimentas não cobrissem todos os seus traços enegrecidos, saltava aos olhos o embranquecimento dos seus costumes.

Ao classificar os pescadores como “não civilizados”, conseguimos entender o efeito de todo esse poder de nomeação e ação impresso pelo Estado sobre as vidas e as formas de trabalho dos pescadores artesanais. O Estado, por meio da instituição militar e da positivação da política pesqueira estabeleceu uma relação verticalizada, definindo quem deveria ser o pescador e como este deveria se comportar.

Esse contexto carrega em si uma densidade que não é possível olhar apenas em sua superfície. Como corpos passam a ser classificados como não encaixados a um ideal que, a princípio, teria por finalidade alcançar o desenvolvimento nacional? Desencaixados de um projeto de nação que precisariam ser ajustados. Quem eram esses corpos, e que tipo de interpretação de suas histórias foi registrado? Essas indagações pulsam à medida que se desvela um processo de racialização a partir do qual a diferença passa a ser classificada hierarquicamente. Populações marcadas como inferiores por seus fenótipos, costumes, memórias, singularidades. Estranhos de sua própria nação, como estrangeiros à sua pátria. A emergência de produção de uma raça civilizada.



“É aí, nos projetos de desenvolvimento, que o mito da mestiçagem como insígnia da nação finalmente se explicita como corte, filtro e tela (DOS ANJOS, 2019, p. 520). O branco como agente alvejante da impureza enegrecida e misturada do sangue preto. Função patriótica e estabelecida como o padrão diferencial do caráter humano. A indignidade é produzida e sentenciada a determinadas existências. O colonizador é, sobretudo, exibicionista, na análise de Fanon em *Os condenados da terra*, e sua prepotência de exibição se revela no próprio modo de execução do colonialismo em simular compreensão, com uma ostensiva humildade, de que o território do colonizado sofre de um subdesenvolvimento que requer o esforço econômico e social para salvá-los. Entretanto, “sua preocupação de segurança leva-o a lembrar em alta voz ao colono que “o patrão aqui sou eu” (FANON, 1997, p.32). O colonialismo se esmera em inculcar no espírito dos colonizados e seu modo de vida é inferior, que a saída fora salvação colonial é o retorno à barbárie. O estado natural dos colonizados é, antes de tudo, de selvageria.

Césaire (2020) já nos denunciava o terreno putrefato da colonização, ninguém colonizava inocentemente. A colonização não era nem evangelização (de algum apóstolo), nem empreendimento filantrópico, nem vontade de empurrar para trás as fronteiras da ignorância, da doença [...]” (p.10). Um sistema sofisticado de operacionalização de ciência e racismo movimentou diversos discursos de fortalecimento do aperfeiçoamento da nacionalidade. O arquivo colonial revela corpos indignos na narrativa, que precisavam ser saneados e instruídos para tornarem-se dignos de servirem a nação. É a partir de então que, pensando com Ajari (2019), a condição de corpos indignos está relacionada diretamente com o projeto de modernização, que estabelece marcadores na tentativa de domesticar, docilizar, controlar, aniquilar corpos. Tentativas de produção de vidas que não podem ser vividas, em que seus modos de existência são conflitantes com o desenvolvimento comum e sua dignidade é contestada.

Importa também destacar neste trabalho que, somando mais de um milhão de trabalhadores no país, as populações pesqueiras no Brasil atravessam um crescente processo de desigualdade e exclusão social. Essa condição é agravada pelo avanço industrial nos territórios, a apropriação dos recursos pesqueiros, a priorização da pesca de grande escala e aquicultura e, em especial, pelas políticas empreendidas pelo Estado que não valorizam a atividade artesanal. As populações pesqueiras não estão restritas à sua atividade haliêutica, mas, seus saberes e práticas estão incorporados na sua reprodução social, no modo como vivem e ressignificam suas histórias e tradições, portanto,



relacionado diretamente à sua própria existência. Seus saberes atravessam experiências geracionais, traduzidas em vivências que revelam valores culturais, memórias, oralidades, conhecimentos. Além dessas interações, Ramalho (2012) esclarece que a pesca artesanal está inserida em uma realidade social mais ampla, e não deve ser considerada apenas uma consequência da sua interação com o meio ambiente e a forma como os pescadores apropriam-se do espaço natural, mas como também uma atividade que assume configurações a partir da inserção no confronto com o sistema econômico dominante, que altera tanto o ambiente de produção pesqueiro como a reprodução social dos pescadores.

Novos significados sobre a pesca foram sendo produzidos, respaldados por um projeto de desenvolvimento em que os modos de viver e trabalhar dos pescadores foram considerados atrasados, reforçando a ideia de que precisavam modificar seus costumes e práticas para tornarem-se habilitados a pertencer ao projeto de modernidade do país.

Ao retornar à história registrada sobre uma população, se nos deslocarmos de uma perspectiva evolutiva de alcance civilizatório pela superação do que passa a ser considerado primitivo, podemos compreender a complexidade de processos que a compõe. Quando valores universais são colocados como determinantes para classificar o *civilizado*, o que é diferente dessa lógica passa a ser tratado como anomalia, que deve ser separada, corrigida, superada e, por vezes, aniquilada.

### 3. RACISMO E ECONOMIA DO BABAÇU NO MARANHÃO

Desde o início do século XX, o coco babaçu tem se manifestado enquanto expectativa de desenvolvimento para empresários, governantes, pesquisadores, administradores e planejadores, mais detidamente em Estados do Norte e Nordeste brasileiro. Em seus discursos, havia a necessidade de dinamizar a economia regional, organizar o fluxo de produção e “domar” grupos rurais considerados arredios, vagabundos e pouco produtivos, dando conformidade a uma política de exploração e exportação do babaçu em montantes cada vez maiores, sejam em cidades brasileiras ou outros países.

A partir de 1920 no Maranhão vigoraram com força anseios quanto ao uso industrial do coco babaçu como fonte de combustível (ABREU, 1929). Tal uso, se daria para além do uso doméstico que já possuía entre grupos rurais, com itens como óleo para cozinha, farinha para produção de mingau e o uso da casca como carvão. Outras fontes



seriam as palhas para coberturas de casas e confecção de cestos, chamados de cofos, talos para produção de construções de pau a pique, bem como o tronco da palmeira serviria de adubo e o palmito para alimentação de animais e de pessoas. Nesse sentido, é registrado o valor que as amêndoas teriam na produção de óleos vegetais, tortas para alimentação de animais e o carvão como fonte industrial.

Quando se extrae incompletamente o óleo das sementes, a massa residual, que ainda contém uma certa porção de óleo, é conhecida na indústria pela designação de torta. (tortaux, dos franceses, cake dos ingleses, Presskuchen dos alemães). Essa torta é empregada na alimentação do gado e algumas vezes, quando ainda contém muito óleo, é submetida a processos de extração com solventes que lhe retiram praticamente toda a matéria graxa. Como alimento para animais a torta tem grande importância, daí o valor que alcança nos mercados (cerca de 250\$ a ton.) (ABREU, 1929, p. 42).

E segue o autor apontando sobre a importância do babaçu para além da produção de tortas e óleos vegetais, chamando a atenção para o carvão como fonte de combustível:

Para uma produção normal, pode-se obter mais de 10 toneladas de casca por tonelada de amendoas, representando um sub-producto que se renova anualmente, e mais que suficiente para o beneficiamento da amendoa. O problema do combustível fica, portanto, resolvido com a utilização das cascas e fabricação eventual de carvão que pode satisfazer aos mercados não muito distantes, desde que o permitam as vias de comunicação. O babassú que, cerca de 20 anos atrás, não era conhecido como riqueza, hoje apresenta-se como uma das mais promissoras. Como uma matéria prima para fabricação de óleo é de um valor notável, muito superior a outras sementes que se deterioram mais facilmente (ABREU, 1929, p. 90-91).

Ao lado destas manifestações sobre o valor econômico do babaçu, também já são feitas considerações quanto ao trabalho ser majoritariamente feminino na quebra deste coco, os métodos empregados na atividade, os possíveis fatores que possibilitam maior envolvimento de homens na quebra e coleta, o uso de maquinário em substituição a mão de obra local, chamando a atenção para a necessidade de abertura de estradas e ação conjugada do Estado e empresariado.

A colheita é feita, em grande parte, por mulheres e crianças; os homens ocupam-se mais no apanho das pequenas roças de algodão e cereais. Quando há uma certa elevação no preço da amendoa, atraídos pela expectativa de ganho mais fácil, homens, mulheres e crianças entregam-se inteiramente ao quebramento de côco. O maquinismo ainda não logrou ingressar na indústria do babassú; mais de noventa por cento das amendoas provenientes do Maranhão e do Piauí são obtidas quebrando o côco no gume dum machado. Poucos conduzem o côco para casa, afim de quebrá-los. Geralmente vão ao cocal, procuram no sólu um lugar



onde haja acumulo de côcos caídos recentemente, pois, os velhos já estão inutilizados pelo Bruchus ou colhem côcos aqui e ali e reúnem pouco mais de uma centena, num lagar limpo de matto (ABREU, 1929, p. 82).

Já em 1937, ocorre a reedição bilíngue português-ínglês do livro “o babassú: monografia sôbre uma das maiores riquezas do Brasil”, editado inicialmente em 1917 pelo Departamento Estadual de Estatística, Governo Estado do Maranhão. De teor propagandístico, aponta inúmeras possibilidades industriais do babaçu, desde a produção de perfumes até o uso para pavimentação e material para dinamites. Nesse sentido, vale mencionar que parte significativa das exportações referentes ao babaçu deram-se aos EUA nos períodos da I e II Guerra Mundial.

A América do Norte é hoje o melhor mercado de babassú. Até 1934, as exportações eram encaminhadas para a Alemanha, Holanda e outros Países do Velho Continente ainda para alguns portos brasileiros do Sul. Em 1931, passou por êste Estado o Sr. Irving Herman, representante, na América, da importante firma Jorge & Santos, o qual, depois de estudar o mercado de babassú neste Estado, tomou a si o encargo de interessar as fábricas de óleos nos E.E.U.U da A. na aquisição da preciosa amêndoa (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1937, p. 16).

No estudo, se fazem menções a incipiente indústria do babaçu existente no Maranhão, a necessidade de abertura de estradas, visando ligar cidades do interior e comunidades rurais à capital e portos para a exportação, bem como há registro de transações comerciais com os EUA, Venezuela e países da Europa, sendo o principal mercado consumidor de amêndoas os EUA. Tal consumo se dava em especial pelo Tratado de Comércio celebrado pelo Brasil e EUA em 1935, entrando as amêndoas livres, isentas de imposto (Departamento Estadual de Estatística, 1937, p. 16).

Cabe situar a importância das exportações em seu volume e valores, sendo o babaçu representado como um dos esteios da economia maranhense, entre os anos 20-40 do século XX, sendo vendido sem refino.

Hoje, o babassú representa o maior sustentáculo da situação de prosperidade e abastança em que vive o Maranhão, cujas finanças foram saneadas, possuindo no erário público fartas reservas com que o atual governante realiza um programa de grandes cometimentos. Na balança comercial do Estado, a exportação de amêndoas de babassú representa 50% do seu valor imposto (DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA, 1937, p. 19).

Vale destaque que o auge das exportações foi no período das duas grandes guerras, sobretudo voltadas para a Europa e os Estados Unidos já não possuindo grandes mercados



externos posteriormente, sendo principalmente vendido para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse sentido, não houve qualquer alteração substancial na estrutura produtiva (LACROIX, 2004, p. 19).

Assim, nos anos de 1940 é gerida uma iniciativa entre empresários locais e Governo do Estado. A partir dos auspícios da Associação Comercial do Maranhão (ACM), é criada a Campanha da Produção (CP), tendo em vista propiciar incrementos para a produção agropecuária e assistência técnica aos chamados camponeses. Com base em sistematização feita por Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2004), destacamos o estudo realizado pela Comissão de Defesa da Produção, do Governo do Estado e empresários locais em 1945 que apontava que:

O aumento do valor dos produtos ocasionou a diminuição do volume porque o homem rural maranhense não aspirava um nível de melhor, não há como deixar de sentir a inadiável necessidade de uma ação conjunta, pronta e eficaz do poder público e da classe empresarial, no sentido de fazer despertar no espírito dos nossos camponeses, maior interesse pelo desenvolvimento da produção agrícola e extrativa (LACROIX, 2004, p. 22).

Nesta publicação lançada em 2004, em comemoração aos 150 anos da ACM, feita a partir de atas e documentos da própria Associação, bem como por registros cedidos por famílias locais abastadas, ficam explícitos os objetivos dos empresários quanto a organização e incentivo à produção, através da abertura de estradas, assistência agrícola, médica e a organização “racional” dos plantios de arroz, babaçu e afins. Assim, os empresários são retratados na publicação como incentivadores do progresso, estimuladores da economia regional, como mediadores de benesses para um camponês desvalido, empobrecido e atacado pela fome e doenças. Este era visto como alguém que precisaria ter seu trabalho intensificado para atingir o máximo de produção e o escoamento para centros regionais, elevadas suas condições de vida e perspectivas futuras, tendo em vista atingir um nível de vida “digno”. Desenvolvimento das lavouras significava aumento do trabalho camponês, intensificação da extração, e escoamento que atendesse aos prazos e tempos viáveis para a venda célere.

Na análise realizada pela CP, se sugere que o camponês precisaria ter proporcionada a “mais alta noção de vida, levando-o a esforçar-se para viver com relativo conforto” (LACROIX, 2004). Assim, partindo da ideia de que somente a partir de uma ação conjunta entre poder público e empresários, tendo em vista despertar o maior interesse “do homem do campo para o desenvolvimento da atividade agrícola e extrativa



é que aconteceria o soerguimento da economia maranhense, foi criado um serviço visando oferecer assistência técnico-agrícola, sanitária e educação rural” (LACROIX, 2004, p. 22-23).

Em análises realizadas pela CP, os genericamente ora chamados de camponeses, ora de lavradores, são apresentados vivendo na profunda pobreza, sem condições mínimas de higiene, desvalidos de posses e necessitados de amparo na produção, ao mesmo tempo, em que são registrados esforços para intensificar a exportação de amêndoas e demais produtos agrícolas. É assim que em 1945 o volume de exportação do babaçu atingiu 150% das vendas em termos físicos e os lucros intensificaram expectativas quanto ao valor comercial desse produto.

Os lucros animaram os planejadores da CP, à destacarem no exercício de 1954, um auxílio para o estudo do babaçu, objetivando o aumento da produção da amêndoa... Outra providência tomada foi referente à técnica de quebrar coco. O trabalho manual não correspondia ao volume esperado, sendo pensado quebradores mecânicos, mas que não se mostraram eficientes e não foram bem aceitos pelos trabalhadores (LACROIX, 2004, p. 107).

Em outros estudos sobre o babaçu já em meados dos anos 50, tem destaque as abordagens dos geógrafos Aroldo de Azevedo (1951), Roberto Galvão (1955) e Orlando Valverde (1957). Estes em boa medida vinculados a instituições de pesquisa, como catedráticos de Geografia do Brasil, da Universidade de São Paulo (USP), bem como o Conselho Nacional de Geografia (CNG), trazem à tona não mais estudos regionais sobre o babaçu, mas inquietações quanto sua importância por instituições de prestígio nacional, dando relevo a preocupações que seriam não mais dos centros produtores e exportadores regionais, mas de potencialidades que o Brasil poderia explorar. São dados e levantamentos que baseiam sua autoridade a partir do trabalho *in loco*, dos supostos rigores da observação científica quanto as descrições.

Na primeira, para além de descrições físicas e apontamentos sobre a economia regional, tem destaque a menção sobre a importância da exportação de amêndoas oriundas do coco babaçu para a economia do Maranhão. Entre as descrições, há um apanhado sobre as populações do Vale do Itapecuru, no Maranhão, em tons racistas:

O vale do Itapecuru, na porção que tivemos oportunidade de conhecer, pelas características de sua natureza, de sua população e de sua vida econômica, aparece aos nossos olhos tal como certos trechos do continente africano; dominado por um clima quente de tipo sudanês, com suas paisagens vegetais que vão das savanas arbustivas às florestas quentes e úmidas, com sua população



predominantemente negra e mestiça, a viver uma existência mais ou menos indolente, em palhoças miseráveis, num baixo e deplorável padrão de vida, tendo na economia de coleta sua maior embora precária riqueza, dependendo em quase tudo dos mercados sulinos, que apenas lhe compram o babaçu, - essa importante parcela da Terra Maranhense parece-nos fadada a representar, ainda por muitos anos, em relação ao centro-sul do país, um papel semelhante ao que a África Tropical representa para as potências industriais do ocidente europeu: simples *território de exploração* (AZEVEDO, 1951, p. 44).

Outros apontamentos, referem-se a “pouca exploração racional”, conforme situa:

O babaçu constitui, em geral, uma verdadeira *res nullius*: a maioria dos babaçuais localizam-se em terras devolutas e, quando pertencem a algum duvidoso proprietário, inteiramente livre é a sua exploração. É, assim, no mais exato sentido da expressão, uma riqueza do pobre, do deserdado da fortuna; mas, nem por isso, atrai, como seria de esperar, a população regional, que só a procura quando carece de dinheiro para o seu miserável sustento (AZEVEDO, 1951, p. 35).

Para o autor, o que se viu no Vale do Itapecuru seria simplesmente algo para se explorar, retirar mais-valia e ter certo fardo com a organização do que ali se encontrava. Esta faixa do Maranhão e os grupos ali encontrados corresponderiam para o Brasil, ao que a África Tropical seria para as nações europeias, mero território de exploração, repositório de matéria-prima.

Para Galvão, em estudo apresentado Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVA), em Belém do Pará, inicialmente em 1953, e publicado em 1955 na Revista Brasileira de Geografia, há considerações sobre aspectos morfológicos, hidrográficos e sociais, destacando a migração nordestina, o autor chama a atenção para uma “agricultura nômade”, dada a quantidade de terras devolutas e a presença de latifúndios. Quanto ao babaçu, comenta ser fonte um dos principais produtos do estado, somando-se ao arroz.

A agricultura tem decaído no vale do Itapecuru, como dissemos, e a economia desse vale apresenta-se, atualmente, "como uma economia essencialmente coletora, isto é, uma economia baseada quase exclusivamente na apropriação direta dos recursos naturais. Estimamos que cerca de 70% da população do vale se dedica à coleta do babaçu, da cêra de carnaúba e outros produtos nativos da região. Excetuados o algodão e o arroz, que ainda resistem galhardamente, prolongando a existência da agricultura comercial do vale, todos os demais produtos, cultivados em pequenas roças, visam exclusivamente à manutenção do sertanejo” (GALVÃO, 1955, p. 280).





Para ele, o motivo da queda no cultivo de arroz se daria pelo aumento progressivo dos preços do babaçu e “sendo a atividade da coleta do babaçu menos trabalhosa, pois não exige o amanho da terra, e menos dispendiosa, visto não requerer nenhuma inversão de capital, as conseqüências de sua valorização não poderiam ter provocado resultados diferentes” (GALVÃO, 1955, p. 279-280).

Em Valverde há a descrição dos chamados caboclos maranhenses e nordestinos. Os primeiros seriam indolentes, miseráveis, de criações parcas no Vale do Itapecuru (VALVERDE, 1957, p. 19). Nesta leva de comentários de explícito teor racista os Vales do Pindaré-Mearim são apresentados como regiões pioneiras, modernas, ocupadas principalmente por nordestinos migrantes do Ceará e Piauí, já o Vale do Itapecuru enquanto uma frente antiga, com sequelas da escravidão e fonte de atraso. É assim:

O cearense é trabalhador, tem iniciativa, está disposto a abrir caminho a um futuro melhor para sua família a qualquer preço. Este é um clã patriarcal; não obstante, todos trabalham: homens, mulheres e crianças. O respeito à honra do lar, sobretudo no que toca às mulheres, tem qualquer coisa de místico. As infrações a esse código não escrito são lavadas com sangue, a "peixeira". Os crimes são freqüentes e o jôgo é um flagelo social” (VALVERDE, 1957, p.409-410).

Já o dito caboclo maranhense é visto como:

O caboclo maranhense é um vencido; a condição de dependência econômica, a tradição escravagista, a indolência o derrotaram. A sua função social quase se reduz à de um mero reprodutor da espécie. As mulheres, porém, trabalham desde tenra idade. Desde os 6 ou 7 anos começam a quebrar côco para se vestir e se enfeitar, mas aos 16 ou 17, na maioria, se prostituem. Os laços de família são frouxos. As cenas mais degradantes observam-se em restaurantes à beira da rodovia-tronco de Codó a S. Luís, em que jovens adolescentes servem as mesas e provocam os viajantes ao deboche, ante os olhos indiferentes dos parentes mais velhos. Nesta região, as figuras do motorista de caminhão e do caixeiro-viajante desempenham papel de desagregação social” (VALVERDE, 1957, p. 410).

Em termos gerais, para os geógrafos, a população local estaria imersa em miséria, seria deplorável e ociosa, coletando babaçu apenas para um nível mínimo de vida. O tom comum entre os outros pesquisadores, mantém uma narrativa colonial sobre “uma riqueza natural em meio a miséria disseminada”, devendo a população ser higienizada, retirada da miséria e ociosidade a partir da racionalização da produção, mecanização da quebra do coco, construção de estradas, incremento à incipiente indústria local e aproveitamento das potencialidades do coco. Estes estudos fazem parte de pesquisas sobre as variações



regionais do Nordeste, estando o Maranhão situado no “Meio Norte”, localizando-se em uma zona de transição com a Amazônia.

Cabe situar que nesta investida de “salvamento dos locais” uns estariam mais propensos a este, outros são reduzidos ao “mínimo humano”, relacionando presença negra ao atraso, pobreza e fome disseminadas, são sujeitos animalizados, boçalizados, meros reprodutores, as mulheres disponíveis em beiras de estrada aos transeuntes; outros, numa associação entre brancura e mudança social, são trabalhadores esforçados e dignos, são mais humanos, tem respeito e honra ao lar. Nesta lógica, quanto mais branco, ou para os autores, “nordestinos”, mais propenso ao trabalho e a alteração das condições de vida.

Nesse sentido, o destaque é dado a economia do babaçu, suas potencialidades em nível regional ou nacional. O babaçu é apresentado como uma riqueza que precisa ser explorada, gerar mais divisas e ter uma produção constante. Por sua vez, grupos rurais, são apresentados como indolentes, vivendo em condições precárias, sujeitos a dinamização e ação tanto do Estado, quanto de grupos empresariais. Alguns grupos, por sua brancura estariam aptos a mudança social, tinham honra e condições de melhoria na qualidade de vida. Outros, associados diretamente a negrura, estariam fadados a miséria, eram “o mínimo humano” que deveria ser explorado e contido. Em ambos os casos, somente o trabalho árduo poderia redimir, cabendo, porém, somente aos não-negros, quem sabe, a presença, mesmo que marginal, no projeto de civilização brasileira.

### EM BUSCA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dois experimentos de civilização de populações tradicionais expostos neste ensaio, se revelam como conceitos e narrativas são validadas para a nação, no alcance de um mesmo horizonte que não possui um caráter neutro, mas, atua como estratégia de colonização, à medida que se impõe uma história universal de dados e significados de uma hegemonia de pensamento, este marcadamente eurocêntrico. Com estes experimentos, planejadores, governos, pesquisadores almejam a regular a vida no sentido de dar conformidade, dimensão e limites. Assim, civilizar é adestrar, domesticar. É conseguir dar razão para a existência, razão esta, assentada em preceitos e validades coloniais. Com esses preceitos, grupos locais sairiam de um lugar degenerado, indigno, indolente e por isso mesmo negro e/ou não-branco, caminhando rumo a civilização, aos

aportes técnicos e materiais que esta promete no discurso de submissão às suas imposições.

Estes corpos são retratados como sem história, vida e pertença. São os indignos, devem ser contidos e domados. Suas presenças são incômodas, à sua vida e atribuída não-humidade e uma infinidade de tantos outros não, há sempre falta. Devem ser explorados pelo bem da nação, pela geração de divisas e pela otimização de recursos. Tem o dever do ofício árduo, de melhorar suas próprias corpos e almas, contribuir com sua vida e esforço contínuo para o progresso.

Nessa perspectiva linear e evolucionista da história, outras formas consideradas não modernas ficam sujeitas a intervenção planejada, a projetos de civilização, de colonização. Estes, anunciados como revestidos de “boas intenções”, são programas para o adestramento de grupos considerados vis, arredios, vagabundos, preguiçosos. A estes caberia o esforço na produção e geração de bens que são exportados e, os lucros, apropriados por terceiros, os brasileiros em sua feição moderna e civilizada.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sílvio Fróes. O côco babassú e o problema do combustível. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Estação Experimental de Combustíveis e Minerios. Rio de Janeiro, 1929.

AJARI, Norman. La Dignité ou la mort: Éthique et politique de la race. Empêcheurs de penser rond, 2019.

AZEVEDO, Aroldo de. Viagem ao Maranhão. *Boletim n. 120- Geografia n.6 -*, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1951.

BHABHA, Homi. O Local da Cultura. Belo Horizonte: *Ed. UFMG*, 1998.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e o novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. *Revista Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, 26 (75), p.77-90, 2012.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Prefácio de Mário de Andrade. Sá da Costa *Editora Veneta*, 2020.

COSTA, Sérgio. A pesquisa sobre modernidade na América Latina. In: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito (orgs). *Teoria Sociológica Contemporânea: Autores e perspectivas* São Paulo: *Annablume*, 2017.

CYRINO, Carolina. Sob o olhar do outro: o experimento do racismo científico nas missões brasileiras de instruir e sanear populações pesqueiras. In: PADILHA, Letícia; MARQUES, Pâmela Marconatto (Orgs.). *Brasil e Haiti: Racimo, ciência, lutas históricas e dramas atuais*. Porto Alegre: *Editora Fi*, 2020.

DIWAN, Pietra. Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. 2ed., 5ª reimpressão. São Paulo: *Contexto*, 2020.

DOMINGUES, José Maurício. Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: *Contracapa*, 1999.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. Brasil, uma nação contra suas minorias. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 26, n. 3, p. 507-522, dezembro de 2019.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro, *Editora Civilização Brasileira*, 2019.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: *EDUFBA*, 2008.

GALVÃO, Roberto. Introdução ao Conhecimento da Área Maranhense Abrangida pelo Plano de Valorização Econômica da Amazônia. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.17, n. 3, jul-set, 1955. pp.239-299.

GARCIA-CANCLINI, Nestor. Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. São Paulo: *EDUSP*, 2015.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. O babassú: monografia sobre uma das maiores riquezas do Brasil. Estado do Maranhão, São Luís, 1937.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. A campanha da produção. Associação Comercial do Maranhão. São Luís, 2004.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Raça, ciência e sociedade (orgs.) [online]. Rio de Janeiro: *Editora FIOCRUZ*, 1996.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). Raça, ciência e sociedade [online]. Rio de Janeiro: *Editora FIOCRUZ*, 1996.

RAMALHO, Cristiano W. Norberto. Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola. *Revista do Centro de Estudos Rurais da UNICAMP*, Campinas, v.8, n.1, p.31-62, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Moderna República Velha: um outro ano de 1922. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. [online]. 2012, n.55, pp.59-88. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742012000200005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0020-38742012000200005&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em maio de 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: *Companhia das Letras*, 2017.

VALVERDE, Orlando. Geografia econômica e social do babaçu no meio norte. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, nº 4. pp.381-419. out/dez, 1957.

VARGAS, Getúlio. Fixando nossos objetivos. In: VILLAR, Frederico. A Missão do Cruzador José Bonifácio: Os pescadores na Defesa Nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919 – 1923). Rio de Janeiro: *Biblioteca Militar*, 1945.



VILLAR, Frederico. A Missão do Cruzador José Bonifácio: Os pescadores na Defesa Nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919 – 1923). Rio de Janeiro: *Biblioteca Militar*, 1945.

*Recebido em: 15/12/2022*

*Aprovado em: 22/05/2022*